



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



cosems|GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

RELATÓRIO DA 8^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE ATENÇÃO À SAÚDE

Data: 17/10/2023

Horário: 09:00 horas

Por Videoconferência

PAUTA

Dra. Simone Elias Fonseca – SMS/Serranópolis, cumprimentou e agradeceu a todos os presentes que conseguiram disponibilizar espaço na agenda, destacando que, por se tratar de reunião online, a participação costuma ser mais difícil, com constantes interrupções. Informou que, por parte do COSEMS, conduzirá a reunião e contará com o apoio dos técnicos.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, cumprimentou a todos e comentou que a semana está um pouco atropelada devido ao feriado e à troca do dia da reunião. Deu início à oitava reunião do Grupo de Trabalho de Atenção à Saúde.

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO:

1.1 – Assistência Médica de Especialidades por Telemedicina. Apresentação: Ana Eliza Acerbi Sarti. (GERAP/SPAIS/SES-GO);

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, informou que são informações atualizadas do projeto, que está em andamento, com resultados muito positivos.

Dra. Ana Eliza Acerbi - Sarti-GERAP/SPAIS/SES-GO, apresentou os resultados do projeto de Assistência Médica Especializada nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, por meio da telemedicina, vinculado ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde – PROADI-SUS, referente ao triênio 2021–2023; a atuação do projeto contempla a aproximação com a Atenção Primária; o conhecimento da população cadastrada nas UBSs; a identificação da estratificação de risco dessa população; o fortalecimento das linhas de cuidado; a qualificação do encaminhamento; e a redução do efeito velcro e da taxa de no-show; para garantir a sustentabilidade e continuidade do projeto no próximo triênio, a equipe recomenda que as agendas não sejam utilizadas para demandas por conveniência; que se priorize a fila da



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

central de regulação; que os agendamentos sejam confirmados com os pacientes; que o motivo da consulta seja inserido juntamente com o encaminhamento detalhado e os resultados dos exames; e que o médico da Estratégia Saúde da Família da UBS atue em conjunto com o especialista; em Goiás, são 39 pontos implantados dos 52 indicados para o Estado; para dar continuidade ao processo de implantação, foi solicitado que os 13 municípios contemplados entrem em contato com a equipe operacional do projeto pelo número (11) 2151-4655; no total, são 343 pontos para as Regiões Norte e Centro-Oeste; o agendamento de teste de conexão ou treinamento deve ser feito, considerando que os equipamentos já foram retirados e as documentações assinadas, a fim de concluir a implantação ainda neste ano, considerando que o triênio tem vigência até 31 de dezembro de 2023; os resultados de 2021 até o final de setembro de 2023 apontam 209 mil consultas agendadas; no Estado de Goiás, que iniciou mais recentemente, foram 752 teleconsultas agendadas, com 588 atendimentos realizados, contemplando 540 pacientes únicos; a taxa de no-show em Goiás é de 21%, considerada boa, mas ainda abaixo da média geral do projeto, que é de 28%; há ações previstas para reduzir esse índice; o principal motivo de no-show no Estado é a ausência do paciente, representando 57% dos casos, sendo 30% com motivo não informado pela localidade, o que requer investigação para entender por que essa informação não está sendo reportada e orientar os municípios a sinalizarem corretamente o motivo, a fim de planejar estratégias e ações de redução; outros motivos de menor frequência incluem problemas técnicos do cliente, ausência do telesolicitante e indisponibilidade de tempo; a maior volumetria de atendimentos em Goiás está na especialidade de endocrinologia, com 23%; seguida de neurologia clínica adulto, com 19%; cardiologia, com 17%; reumatologia, com 14%; neurologia pediátrica, com 12%; psiquiatria, com 8%; e pneumologia, com 6%; a baixa demanda em neurologia pediátrica chama atenção, especialmente porque, em outros Estados da Região Norte, essa especialidade tem maior prevalência; é necessário entender o comportamento da população e da demanda local, pois Goiás apresenta a menor volumetria nessa especialidade; não se deve analisar exclusivamente pela volumetria, mas este é um dos critérios de avaliação, e, caso um ponto apresente baixa volumetria durante três meses, recomenda-se a troca; os cinco municípios com maior volumetria de acionamento são: Rio Quente, Novo Gama, Pirenópolis, Cachoeira de Goiás e Marzagão; os cinco com menor volumetria de acionamento, desconsiderando os implantados em setembro devido à curva de aprendizagem inicial, são: Alto Paraíso, Hidrolina, São Luiz do Norte, Americano do Brasil e Itaúçu; o no-show tem sido um dos principais ofensores do projeto, representando agendas desperdiçadas; o médico especialista é remunerado, mas o horário não é utilizado; para garantir a sustentabilidade do projeto, é necessário reduzir essa taxa; não se pode analisar o índice isoladamente, pois há casos em que a taxa é baixa, mas o volume é alto, ou vice-versa; os cinco municípios com maior volumetria de no-show são:



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Pirenópolis (14 cancelamentos), Novo Gama (27), Cachoeira de Goiás (16), Cidade Ocidental (47) e Rio Quente (14); os municípios com maior taxa de no-show são: Britânia (33%), Alto Horizonte (33%), Turvânia (50%), Cidade Ocidental (84%) e Edealina (33%); chama atenção o caso de Cidade Ocidental, que apresenta tanto alta volumetria quanto alta taxa de no-show; a pesquisa de satisfação do projeto é realizada com os médicos das Unidades de Saúde e com os pacientes que participaram das teleconsultas; há boa adesão em ambas as pesquisas, com participação de aproximadamente 30%; os médicos avaliam com 91% de aprovação e os pacientes com 85%; foram lidos dois comentários representativos: um de um profissional, que declarou: “somente parabeniza pela iniciativa que vem facilitando o acesso dos usuários a diversas especialidades, no caso do município em que atuo, evitando que tenham que enfrentar fila de espera e depois seis horas de estrada até a capital para receber atendimento da especialidade que necessitam; gratidão e parabéns aos idealizadores do projeto”; e outro de um paciente: “quero apenas deixar meus agradecimentos e elogios à doutora especialista que me atendeu super bem; foi muito boa a consulta online, comunicação boa, audição perfeita, me entendeu e me orientou super bem; muito obrigado”.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, destacou que ficou surpresa com os dados apresentados e reforçou que, caso algum dos municípios deseje trazer considerações como o caso de Cidade Ocidental, que está enfrentando dificuldades, o PROADI-SUS Einstein de telemedicina é considerado um projeto piloto para a implantação da telemedicina nas policlínicas. Observou que a principal demanda é por endocrinologia adulta, além da neuropediatria, que tem se mostrado uma dificuldade em todo o Estado; também chamou atenção para a ausência do paciente sem justificativa, o que exige atenção e medidas de enfrentamento. Enfatizou que o projeto traz alguns direcionamentos importantes e indicou que ele deve ser utilizado como um guia para a implantação da telemedicina nas Unidades Estaduais, sendo uma proposta para o próximo ano; reforçou a importância de compreender a dinâmica local e que os municípios relatem como tem sido a experiência, as dificuldades e as facilidades encontradas, para que se possa aperfeiçoar o trabalho.

Dr. André Luiz – SMS Rio Quente, relatou estar satisfeito com o projeto, ressaltando que Rio Quente foi um dos primeiros municípios a iniciar as atividades; destacou que o município frequentemente aparece em primeiro lugar nas taxas de utilização, recebendo semanal e mensalmente os dados de desempenho. Informou que a população também está muito satisfeita, não apenas pelo fato de não precisar viajar ou aguardar por longos períodos uma consulta, mas especialmente pela qualidade do atendimento prestado; mencionou que os profissionais são muito competentes e que o tratamento tem apresentado resultados efetivos. Parabenizou o projeto e afirmou que é necessário



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

expandir um pouco mais a oferta de especialidades, o que acredita que acontecerá com o tempo; comentou que a taxa de no-show é baixa, mas há um esforço contínuo para reduzi-la ainda mais, adotando estratégias como buscar o paciente idoso em casa para garantir o comparecimento, uma vez que a falta gera a necessidade de remarcar. Reforçou que a empresa paga o profissional por consulta, esteja o paciente presente ou não, e por isso é essencial evitar a perda de agendas. Observou que os municípios precisam desse projeto e que, embora alguns já contemplados utilizem pouco, isso pode ocorrer por desconhecimento da importância ou falta de atenção ao potencial da ferramenta; afirmou que essa é a tendência do futuro da medicina, especialmente para municípios pequenos. Finalizou dizendo estar muito satisfeito com os profissionais, com o atendimento, com a parte técnica e de informática, e reforçou que o projeto é excelente e terá vida longa.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, destacou que o município de Rio Quente participa do projeto desde o início e tem apresentado resultados positivos.

Dra. Simone Elias da Fonseca, SMS/Serranópolis, compartilhou que a experiência do município tem sido maravilhosa; o médico municipal acompanha o paciente durante a teleconsulta e ainda aprende com o especialista, gerando ganhos tanto para o município quanto para o Estado. Ressaltou que a ampliação desse projeto para todo o Estado é de grande valia; avaliou a apresentação como excelente e destacou que 91% dos médicos aprovam o projeto, assim como os pacientes; o projeto tem atendido muitos pacientes e contribuído para a redução das filas. Afirmou com entusiasmo que se trata de um projeto maravilhoso, que todos os municípios precisam vivenciar; destacou que o município foi engrandecido com a oferta de consultas especializadas realizadas por uma equipe qualificada, o que tem sido muito positivo. Finalizou expressando o desejo de que a SES estenda o projeto a todos os municípios do Estado de Goiás e que ele tenha continuidade, sem encerrar no final do ano.

Dra. Lidiane Martins – SMS Divinópolis/COSEMS, relatou que o município participa do projeto com sucesso; a região está localizada no extremo nordeste goiano, de difícil acesso, o que torna o projeto ainda mais relevante. Informou que, em algumas situações, a equipe também busca os pacientes em casa para a realização da teleconsulta. Ressaltou que o município enfrenta dificuldades no acesso a especialistas, principalmente psiquiatras, e que há casos em que o paciente não consegue sequer entrar na van para ser transportado, devido a crises de pânico; nesses casos, o projeto tem possibilitado o atendimento, sendo uma solução efetiva. Afirmou que a conectividade tem suprido as necessidades locais e expressou preocupação com a possibilidade de o projeto ser encerrado no final do ano; manifestou-se a favor da renovação e da ampliação, especialmente para atender as regiões mais remotas. Reforçou que o projeto deu certo,



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

representando um grande desafio para a equipe, que está motivada, e que os pacientes estão extremamente satisfeitos; contou que gravou vídeos com depoimentos de pacientes elogiando o projeto.

Dr. André Luiz – SMS Rio Quente, questionou se há possibilidade de o projeto ser encerrado no final do ano e se já existe uma lista de municípios prevista para implantação.

Dra. Lidiane Martins – SMS Divinópolis, COSEMS, respondeu que, a princípio, o projeto tem vigência até dezembro.

Dra. Andréia Abbes – SMS/São João da Aliança/COSEMS, reforçou que inicialmente foi levantada a bandeira da gratidão, mas agora é o momento de levantar a bandeira da ampliação; questionou quando o projeto chegará ao seu município e quais são os planos de expansão para os municípios mais distantes da capital. Solicitou informações sobre a renovação e ampliação da iniciativa.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, informou que a seleção dos 52 municípios considerou questões de distância e vazios assistenciais; o COSEMS participou do processo. Destacou que houve uma demora significativa na adesão dos municípios; alguns aderiram, mas não implementaram o projeto, e essa demora atrasou os resultados esperados.

Dra. Maria Cristina – GERAP, informou que estão trabalhando com o CONASS e o Ministério da Saúde para a continuidade do projeto. Os projetos PROADI SUS são trienais, tendo iniciado em 2021 e com conclusão prevista para dezembro de 2023. Há um novo plano para a continuidade do projeto, que já foi aprovado pelo Ministério da Saúde para o próximo triênio, embora ainda estejam sendo realizados os ajustes sobre como será operacionalizado, incluindo a expansão de pontos, especialidades e todas as variáveis envolvidas. Comentou que ainda não está definido o limite de expansão dos pontos, pois essa questão está em discussão; o trabalho é realizado em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde de Goiás e o CONASEMS. A previsão é que, no início do próximo ano, seja definida a quantidade de pontos a expandir e quais municípios serão contemplados, podendo também ficar aberto conforme os municípios manifestarem interesse. A avaliação será feita com base em indicadores, para identificar quais pontos são viáveis, considerando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), infraestrutura do município, distância da capital, entre outros critérios. Essas são as expectativas para o próximo triênio, que prevê a continuidade do projeto com expansão de especialidades e pontos.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dr. André Luiz – SMS Rio Quente, informou que, como as negociações estão em andamento, coloca-se à disposição da equipe, na função de diretor do COSEMS/GO, para colaborar na luta pela manutenção do projeto.

Dra. Simone Elias da Fonseca – SMS/Serranópolis, solicitou que os municípios sejam mantidos informados sobre as avaliações, com feedbacks claros; classificou como absurdo que alguns municípios não tenham aderido e manifestou ansiedade para que todos tenham essa oportunidade. Perguntou em quais municípios e junto ao COSEMS pode ajudar para ampliar a adesão, reforçando que o projeto é maravilhoso e deseja que continue.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, 0034 ressaltou que o apoio do COSEMS foi muito importante, embora tenha havido dificuldade no processo de adesão; o COSEMS, as regionais e a SES trabalharam persistentemente com os municípios para acelerar as adesões. Informou que recentemente alguns municípios entraram em contato manifestando interesse em participar; aqueles que ainda não implantaram o projeto, mas já assinaram o termo, demonstraram disposição, e a vaga é deles, estando a SES aguardando a implantação. Acrescentou que a SES trabalha com o Einstein para prorrogar o projeto e ampliar para mais municípios, colocando a Secretaria à disposição para ajudar, juntamente com o CONASS, na pressão pela continuidade do PROADI.

Dra. Andréia Oliveira – Regional São Patrício II/Goianésia, informou que o município de Goiás não consegue contato com a central, pois o médico da unidade foi substituído e é necessário cadastrar o novo profissional; por isso, estão sendo perdidas consultas agendadas. Perguntou se existe outro canal de comunicação além do número do WhatsApp divulgado para resolver essa questão.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, solicitou que a equipe da GERAP entre em contato com Dra. Andréia Oliveira para alinhar essa dificuldade e solucionar o problema.

Encaminhamento: vai para CIB para apresentar.

1.2 – Apresentação da Nota Técnica N° 1/2023/SES/GERAP - Orientações sobre atividades coletiva realizadas pelas equipes de APS. Apresentação: Eliana Fernandes. (GERAP/SPAIS/SES-GO);

Dra Eliana Fernandes, informou que o documento orienta a realização das atividades coletivas, indicando como organizá-las sem prejuízo aos atendimentos à população, seja no âmbito administrativo ou intersetorial, sempre com a corresponsabilização de outra unidade. Destacou que isso deve ser feito de forma clara para a população, explicando os



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

motivos do fechamento temporário da unidade, que nunca deve ser total (100%). Reforçou que, preferencialmente, essas reuniões devem ser realizadas dentro da própria unidade; trata-se de uma forma de organizar a rotina com a participação de profissionais e gestores, utilizando todos os meios de comunicação possíveis para que a comunidade tenha ciência dessas agendas. Ressaltou que as reuniões são importantes e precisam ser realizadas, mas que, de preferência, não envolvam todos os setores no mesmo dia, para que a unidade continue prestando atendimentos. Destacou ainda que os pacientes devem ser informados e acolhidos no momento da reunião, ou encaminhados para uma unidade mais próxima, caso necessário. A Nota Técnica nº 1/2023, que orienta os municípios sobre a realização dessas atividades coletivas, foi baseada nos Anexos 22 (Promoção da Saúde) e 40 (Educação Permanente), ressaltando que são ações e serviços que não podem deixar de ser realizados. Frisou que são profissionais em atividade e que cabe a eles informar e esclarecer a população da melhor forma possível. A nota já foi enviada ao COSEMS e às Regionais.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, informou que a Nota Técnica nº 1/2023 foi elaborada após algumas situações vivenciadas por municípios em relação às interrupções nos atendimentos para a realização de atividades coletivas. Explicou que a SES, em conjunto com o COSEMS, construiu orientações para subsidiar os municípios na condução dessas atividades no âmbito da Atenção Primária, que são necessárias, mas não devem impactar negativamente a rotina de atendimentos das unidades. A nota foi enviada aos municípios e às Regionais de Saúde e, como toda Nota Técnica, é um instrumento que poderá ser ajustado futuramente, conforme a necessidade.

Dra. Simone Elias da Fonseca – SMS/Serranópolis, afirmou que as regionais precisam se organizar melhor. Relatou que houve uma reunião agendada, com tudo preparado, e faltando cinco minutos para o início, a regional comunicou que não havia carro para enviar o pessoal. Acredita ser necessário um ajuste entre as regionais e os municípios, pois estes estão dispostos a mudar o dia, organizar a equipe e ajustar a agenda, mas precisam do apoio das regionais para isso. Destacou que, por exemplo, os pacientes não são desmarcados porque o município é pequeno e consegue reagendá-los para um dia em que o atendimento se estenda além das 17h, para atender toda a equipe. Considera importante que haja mais diálogo sobre esse tema, com o objetivo de que as regionais estejam mais atentas às necessidades de cada município. Isso, no intuito de a regional estar mais atenta a cada município.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, informou que algumas regionais relataram ainda não ter recebido a nota, mas que isso está sendo verificado e que, em breve, todas receberão a nota.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Cinara – SMS Mineiros, relatou que essa foi uma dificuldade enfrentada pelo município, inclusive com a própria auditoria do Estado e com outros órgãos. Informou que já seguem as orientações de divulgar as atividades e de encaminhar os pacientes para a unidade mais próxima, e destacou que é muito positivo contar com a Nota Técnica para dar o devido amparo às ações realizadas.

Dra. Eliana – Gerência da Atenção Primária, informou que a Nota Técnica foi elaborada também em conjunto com a auditoria, e que será encaminhada para esse setor. Destacou que a auditoria se baseia fortemente em portarias, leis e no funcionamento, como as 40 horas semanais e cinco dias por semana da Estratégia Saúde da Família. Ressaltou a importância de compreender o outro lado da auditoria e a necessidade de sensibilizá-los quanto às outras normativas, como a promoção da saúde e a educação permanente, que também são fundamentais.

Dra. Simone Elias da Fonseca – SMS de Serranópolis, solicitou que a Nota Técnica também seja disponibilizada ao COSEMS, para que possa ser encaminhada aos municípios e divulgada no site, garantindo uma maior abrangência na comunicação.

Dra. Eliana – Gerência da Atenção Primária, informou que a Nota Técnica foi enviada via SEI para a gerência das regionais e para o COSEMS, e que também será encaminhada por e-mail.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretaria Executiva COSEMS, relatou que o município de Mineiros enfrentou muitas dificuldades, tema que foi pauta em diversos espaços. Explicou que só após essa demanda ter sido apresentada ao COSEMS, foi possível reforçar a situação do município, e o encaminhamento no grupo de trabalho foi a elaboração da Nota Técnica. Ressaltou a importância de registrar que muitas vezes alguns assuntos voltam às pautas sem soluções, e que, por vezes, as soluções são simples, sem desmerecer o trabalho realizado.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, questionou a Dra. Simone se a pauta será encaminhada para a CIB.

Dra. Simone Elias da Fonseca – SMS de Serranópolis, confirmou que sim.

Encaminhamento: sobe para a CIB.

1.3 – Apresentação dos resultados do 2º Quadrimestre dos indicadores de pagamento por desempenho-Previne Brasil. Apresentação: Eliana Fernandes. (GERAP/SPAIS/SES-GO). Obs.: solicitação COSEMS;

Dra. Eliana Fernandes – GERAP/SPAIS/SES-GO, apresentou os resultados para com-



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

paração dos quadrimestres anteriores, observando que o primeiro quadrimestre é o último resultado disponível; verificou-se melhoria desde o primeiro quadrimestre de 2022 até o segundo quadrimestre de 2023 em todos os indicadores. O que estava em situação crítica, hoje está melhor, com destaque para a meta do pré-natal, que consiste em seis consultas ou mais, sendo a primeira até a 12^a semana; a meta é 45% e o Estado atingiu 49%, subindo de 38% para 49%. O indicador do pré-natal para sífilis e HIV, que mede a realização dos exames dentro das 42 semanas da gestante, saiu de 51% para 66%. O atendimento das gestantes pela saúde bucal aumentou de 38% para 54%, sendo que a meta é 60%, igual ao indicador de sífilis e HIV. Ainda existem desafios, como a cobertura do exame citopatológico, que estava em 12% no primeiro quadrimestre de 2022 e agora está em 20%; a cobertura da vacinação contra pólio e pentavalente para crianças até 12 meses subiu de 65% para 73%; a aferição da pressão arterial em hipertensos, que estava em 16%, passou para 28%; e a solicitação de hemoglobina glicada e consulta para diabetes mellitus subiu de 11% para 23%. É notável a evolução e amadurecimento nos indicadores do PREVINE, embora os desafios permaneçam, principalmente porque o Ministério da Saúde pretende aumentar o número de indicadores para 15. Foi apresentada a evolução do ISF, indicador sintético final que agrupa sete indicadores em uma nota. No primeiro quadrimestre de 2022, 131 municípios apresentavam ISF menor que 6; em 2023, esse número caiu para 25, sendo que cinco ainda apresentam ISF menor que 5. Municípios com nota ISF entre 6 e 8 passaram de 86 para 101; entre 8 e 10, de 28 para 116; e a nota 10 passou de um município para quatro. As ações da GERAP SPAIS para melhorar os indicadores incluem cooperação técnica com regionais e municípios; capacitação, monitoramento e avaliação da Atenção Primária à Saúde; aprimoramento do uso do eSUS, com relatórios de gestores e inserção adequada das informações; reuniões online com regionais e municípios com ISF menor que 5 para acompanhamento individualizado; além de monitoramento contínuo e levantamento dos indicadores, com estabelecimento de ações específicas nos territórios.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, afirmou que, em relação aos indicadores, têm trabalhado no processo de apoio mais próximo aos municípios, principalmente aqueles com indicadores mais desfavoráveis; ressaltou que esses resultados geralmente estão ligados a dificuldades locais, como falta de equipe, características populacionais e outras questões que impactam os indicadores. Destacou que o trabalho é frequente e próximo aos municípios e que, recentemente, houve uma solicitação do subsecretário para levantar os indicadores de forma mais detalhada e rotineira dentro da própria SES, permitindo ações focadas por região de saúde e município, considerando vulnerabilidades e particularidades, visando a melhoria direcionada para cada contexto.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Simone Elias da Fonseca – SMS de Serranópolis, sugeriu que essas apresentações sejam feitas dentro das CIRs, para que as regionais apresentem esse painel durante as reuniões; ressaltou que muitas vezes os municípios ou técnicos não participam dessas sessões, e essa seria uma oportunidade para que os gestores conheçam a situação dos 25 municípios mais críticos, podendo assim identificar, tomar ciência e agir para resolver ou, pelo menos, amenizar os problemas apresentados.

Dra. Eliana Fernandes – GERAP/SPAIS/SES-GO, explicou que hoje, antes da reunião do GT, foi realizada uma reunião com o município que apresentava dúvidas, mostrando que essas reuniões são frequentes; entretanto, destacou que há uma limitação ou restrição em expor nomes de municípios durante as CIRs, pois isso pode causar uma exposição negativa para o município envolvido.

Dra. Carla Guimarães – Assessora Técnica COSEMS, acredita que existem diferentes formas de apresentar os dados sem causar exposição desnecessária aos municípios; ressalta que as regionais podem e devem abordar os municípios em suas dificuldades, inclusive por meio de visitas técnicas in loco para reunir com as equipes, compreender a situação e prestar o apoio necessário; destaca que as regionais têm competência técnica para realizar esse trabalho e contarão com o suporte da área técnica específica, a nível central, para visitas e apoio técnico; reforça a importância de desagregar os dados por região de saúde para que os gestores acompanhem a evolução; menciona ainda que esses dados estão disponíveis no E-gestor, onde é possível observar o desempenho de cada equipe.

Dr. Amilton Prado, concorda com as contribuições da Dra. Carla, ressaltando que o cargo de Secretário de Saúde é político e que expor dados na CIR pode acabar politizando o município e o secretário; destaca que há diferença entre divulgar dados públicos e fazer uma exposição que pode constranger em uma reunião; reforça que as regionais têm como função principal dar apoio técnico aos municípios e que temas que envolvem questões políticas devem ser tratados de forma adequada; sugere que, para esses casos, as regionais devem convidar os municípios envolvidos para reuniões presenciais no local, com o objetivo de diagnosticar fragilidades e fortalecer o município em questão.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, acredita que o foco principal deve ser nos dados da região, pois o fortalecimento regional beneficia todos os municípios, já que um município acaba apoiando o outro; destaca que esse espírito de cooperação é essencial e que, nas CIRs, o ideal é apresentar os dados e estratégias da região como um todo; para municípios com maiores dificuldades ou necessidades específicas, recomenda a realização de reuniões individualizadas para que possam expor suas situações e receber o suporte adequado.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Sônia – SMS de Gameleira de Goiás, disse que teve uma experiência muito boa com as visitas técnicas antes da pandemia, que eram instrumentos de gestão importantes e que evoluíram bastante; destacou que após a pandemia essa prática se perdeu, e que estão sentindo falta desse acompanhamento presencial; ressaltou que o Estado precisa “pegar na mão” dos municípios, pois o envio de e-mails não ajuda muito, principalmente porque os gestores muitas vezes não têm tempo para lê-los.

Dra. Vanessa – Diretora da Atenção Primária/SMS de Rio Verde, disse que no início fazia comparações com a regional, seguindo o que a Dra. Paula falou sobre dados da região; mencionou que Rio Verde, com 250 mil habitantes, trabalha com municípios menores da região e comparou os indicadores conforme a população estimada; observou uma evolução significativa nos indicadores; trouxe um exemplo prático do município, onde, na data da reunião, tinham 41 equipes da Estratégia de Saúde da Família, convocou todas as equipes e a coordenação para discutir os indicadores; percebeu muitas melhorias, especialmente ao visualizar as cores dos indicadores (verde, vermelho); destacou o problema da demora nos resultados dos exames preventivos, que é um dos principais pedidos das mulheres, e muitas deixam de fazer por causa dessa demora; explicou que foi necessário capacitar o pessoal da recepção para explicar a finalidade do exame preventivo, pois algumas mulheres procuravam a coleta alegando sintomas como dores; essa capacitação melhorou a qualidade da coleta; também citou que as gestantes não faziam consultas odontológicas porque acreditavam que não podiam receber anestesia, mas a equipe não entendia a importância dessas consultas; estão trazendo a odontologia como ação de protagonismo, e isso tem melhorado a qualidade do atendimento; finalizou dizendo que Rio Verde ficou em primeiro lugar nos indicadores do Previne Brasil para municípios acima de 100 mil habitantes, e compartilhou esses exemplos para mostrar como se dão os processos de trabalho.

Dra. Paula Santos – Superintendente/SPAIS/SES, agradeceu a Dra. Vanessa, ressaltou a importância desse movimento de levar os indicadores para a reunião da CIR, destacou o valor da troca de experiências, mostrar o que foi feito e o que mudou para que outros municípios possam replicar as ações; reforçou que os indicadores são números, mas é fundamental pensar na qualidade da assistência oferecida; citou o município de Rio Verde como exemplo positivo e parabenizou a Dra. Vanessa pelo excelente trabalho realizado no município.

Dra. Carla Guimarães – Assessora Técnica COSEMS, destacou que gostaria de antecipar comentários sobre o Seminário de avaliação do Planifica, ressaltando a importância de correlacionar os resultados do ReQualifica com os resultados do Previne Brasil; questionou de que maneira o ReQualifica tem contribuído para a melhoria dos indicadores, não apenas do Previne Brasil, mas também de outros indicadores de saúde no



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

estado; parabenizou a apresentação da Dra. Eliana e destacou que a apresentação com recorte por Região de Saúde é um excelente ponto de partida para outros processos de avaliação.

Dra. Andréia Oliveira – Regional São Patrício II/SES, disse que, enquanto Regional, enfrenta vários desafios e não conta com todos os recursos necessários, mas tem buscado contribuir para atender aos municípios; em relação aos indicadores de saúde, afirmou que a Regional mantém uma relação muito próxima com todos os Secretários Municipais de Saúde; mencionou que, ao comparar o primeiro quadrimestre de 2023, os seis municípios da Regional que estão em Planificação, os quatro primeiros já estão melhorando e dois que estavam piores tiveram melhora significativa graças ao empenho da Regional; destacou que esse trabalho não é exclusivo da Regional São Patrício II, mas que outras regionais também têm realizado um bom trabalho e apresentado resultados positivos; colocou-se à disposição de todos para colaborar.

Dra. Simone Elias – SMS de Serranópolis/1^a Vice Presidente do COSEMS, parabenizou a Dra. Andréia pela fala, ressaltando a importância da atuação da Regional de Saúde junto aos municípios e o apoio fundamental da Equipe Técnica; destacou que esse fortalecimento regional faz toda a diferença e incentivou a continuidade desse trabalho tão relevante.

Encaminhamento: Pauta vai para a reunião da CIB

1.4 – Considerando ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 976 (ADPF 976 MC / DF) o COSEMS/GO solicita da GSM/SPAIS/SUB-VAIS/SES apoio aos municípios para as devidas providências no tocante ao SUS. Apresentação: COSEMS.

Dra. Marília Carvalhares – Assessora Jurídica COSEMS, iniciou agradecendo a oportunidade de participar da reunião virtual e informou que a Dra. Verônica recebeu o e-mail com o conteúdo; abordou a importância de incluir na pauta a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), que trata das violações a preceitos fundamentais da Constituição da República, especialmente relacionados à População em Situação de Rua; explicou que a ADPF surgiu diante de situações graves e desumanas enfrentadas por essa população no Brasil, evidenciando a ineficiência, omissão e neficácia do poder público, configurando violação sistemática de direitos fundamentais como saúde e moradia; destacou que a Política Nacional de Moradores de Rua, instituída pelo Decreto 7.053/2009, é vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, e não ao Ministério da Saúde, embora envolva múltiplas áreas; a ADPF pede que Estados e Municípios façam adesão formal a essa Política e ao Comitê PopRUA, para



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

monitoramento e ações locais; entre as medidas solicitadas estão o diagnóstico detalhado e indicadores quantitativos da população em situação de rua por território; apoio e atuação da Vigilância Sanitária estadual e municipal para garantir condições adequadas de abrigo; disponibilização de leitos hospitalares e garantia de acesso ao tratamento e internação conforme a Lei 10.136/2000; ações integradas para acolhimento e proteção dessa população vulnerável; comentou que, no Estado de Goiás, somente a capital Goiânia aderiu oficialmente à Política, e que a SES ainda não possui adesão formal, conforme consta na ADPF; por fim, colocou o COSEMS à disposição para contribuir no que for necessário junto à Secretaria Estadual de Saúde para avanços nesse tema.

Dra. Paula Santos – Superintendente/SPAIS/SES, agradeceu a Dra. Marília e informou que a SES conta com a Gerência de População Específica (GERPOP), responsável pela Política de Pessoas em Situação de Rua, cujo Coordenador de Área é o Dr. Rogério, que tem atuado no fortalecimento dessa política no Estado; ressaltou que recentemente a equipe técnica tem elaborado notas orientadoras para capacitação e habilitação das Equipes de Consultório na Rua, com o objetivo de fortalecer a assistência em cada território; destacou, conforme mencionado pela Dra. Marília, que o tema não é exclusivamente da saúde, exigindo uma parceria importante entre Saúde e Assistência Social nos municípios, citando a existência dos CREAS e CRAS como referências para essa população; mencionou que no Estado há o PopRua na capital, mas não tem certeza da existência em outros municípios, apontando que os instrumentos da Assistência Social ainda são poucos e que é necessário fortalecer os grandes centros onde essa população se concentra e enfrenta diversas problemáticas; enfatizou que a equipe da GERPOP tem atuado de forma próxima aos municípios, colocando-se à disposição dos gestores municipais para orientar, informar e auxiliar no apoio, destacando a necessidade de uma atuação conjunta e articulada, pois é uma questão específica que demanda uma rede integrada e interlocução eficiente entre as áreas, já que a saúde sozinha não consegue dar conta; passou a palavra para o Dr. Rogério para que complementasse sua fala; reforçou a importância da parceria e das reuniões conjuntas entre CREAS, CRAS e a rede municipal.

Dr. Rogério Borges – COPEIS/GAPE/SPAIS/SES, reforçou a importância da fala da Dra. Marília sobre a ADPF, destacando que a maior demanda dessa população está na área de Serviço Social, devido à necessidade de abrigamento, espaços de convivência, acesso a banho, sanitários e serviços públicos, ressaltando que há um grande déficit desses serviços no Estado de Goiás e a nível nacional; explicou que esse pedido foi levado ao STF, envolvendo alimentação, água potável e atendimento público; mencionou que o CADÚnico, um dispositivo da Assistência Social, está presente apenas em Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis, mas serviços desse tipo não são frequentes e muitas vezes a estrutura é inadequada, citando como exemplo a interdição prolongada de



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

banheiros em Goiânia, além da falta de manutenção de outros serviços, o que sobrecarrega a área da Saúde, tanto em unidades estaduais quanto municipais; destacou que essa população enfrenta dificuldade para acessar a Atenção Primária à Saúde, tendo geralmente a urgência e emergência como porta de entrada; ressaltou que o abrigamento é uma demanda alta, pois muitos estão desabrigados, vítimas de violência, sem vínculo familiar, ficando muitas vezes alojados em unidades hospitalares, o que gera transtornos sociais e aumenta custos ao sistema, com uso desnecessário de leitos; mencionou que já foi feito um mapeamento no Estado, com atenção especial à região do Entorno do DF, onde essa população circula entre municípios e a capital federal; disse que os municípios elegíveis estão organizando a documentação para colocar em funcionamento as Equipes de Consultório na Rua; destacou o trabalho não só na ampliação dessas equipes, mas também na sua qualificação, lembrando que, por legislação, cada equipe atende no máximo 20 a 25 municípios no estado; reforçou ainda a importância da qualificação das equipes de Atenção Básica nos municípios para melhor atendimento a essa população.

Dra. Carla Guimarães – Assessora Técnica COSEMS, ressaltou todo o trabalho desenvolvido pelo Dr. Rogério e sua equipe, destacando que o diferencial está na prática da empatia, ressaltando que tudo que foi discutido na Política de Atenção às Pessoas em Situação de Rua foi sempre pautado no respeito e na valorização dessa população visibilizada e muito estigmatizada, que precisa ser olhada com um olhar diferente; ao abordar o tema, o COSEMS reconhece a existência dessa situação; citou a Dra. Paula ao destacar dois grandes desafios que precisam ser superados, nos quais a SES pode contribuir muito: o primeiro é a articulação intersetorial, que embora comum em grandes centros, especialmente após a pandemia, viu a interiorização das pessoas em situação de rua em municípios menores, onde há um volume expressivo dessa população sem condições de abrigamento e sem uma articulação intersetorial forte para responder às necessidades locais, sendo essa articulação necessária a nível estadual para servir de base para a municipal, o que ajudaria a responder as acusações de inoperância municipal colocadas pela ADPF; o segundo desafio é a identificação dessa população, pois quando se fala em saúde, não há clareza suficiente sobre quem é essa população, o que dificulta o planejamento; citou ainda que, ao preparar essa reunião, muniçou o COSEMS com informações do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, baseadas no CadÚNICO de 2022, que aponta cerca de 3.701 pessoas em situação de rua em Goiás, o que representa 0,05% da população total e 1,06% da população de rua, mas acredita que esse número é subestimado; reforçou que a SES sozinha não tem capacidade para levantar esses dados e deve articular com outros segmentos que têm essa atribuição, além de aproveitar programas acadêmicos de mestrado e instituições formadoras para colaborar nesse processo; finalizou reforçando a necessidade de envolvimento intersetorial estadual e monitoramento dessa população para organizar a rede assistencial adequada, sugerindo



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

que a Dra. Paula pense numa agenda para articular esse trabalho a nível estadual, com um modelo que possa ser adotado por municípios de diferentes portes, considerando o perfil populacional das pessoas em situação de rua.

Dra. Paula Santos – Superintendente/SPAIS/SES, agradeceu à Dra. Carla, ressaltando que a GERPOP tem se dedicado intensamente ao levantamento da população em situação de rua por meio da Atenção Primária e outros sistemas existentes, reconhecendo ser um grande desafio; destacou que, pela experiência própria, a área de Serviço Social é fundamental nesse processo, mas os municípios enfrentam dificuldades devido à pouca compreensão dessa necessidade; reforçou que o Grupo Condutor de Situação de Rua está sendo retomado e que a GERPOP está trazendo esse grupo para fortalecer a discussão, especialmente focando nos municípios que possuem menos instrumentos para trabalhar com essa população.

Dra Andreia Abes – SMS de São João D' Aliança, ressaltou a importância de identificar os municípios que estão enfrentando emergências em saúde, fazendo um levantamento das necessidades específicas e das ações que precisam ser realizadas, em articulação próxima com a Secretaria de Assistência Social; destacou que, como mencionado pelo Dr. Rogério, muitas vezes o hospital acaba funcionando como abrigo até que se encontre um local adequado para essas pessoas, especialmente diante da emergência climática que se aproxima, reforçando a necessidade de unir forças com a equipe que está se preparando para dar suporte aos municípios nessa situação.

Dra. Paula Santos – Superintendente/SPAIS/SES, reforçou que foi realizada uma reunião sobre Emergência Pública, conduzida pela Dra. Ana Cristina, envolvendo a Gerência da Atenção Primária e todas as Gerências da SPAIS, com o objetivo de iniciar a elaboração do Plano de Contingência para diversas possíveis situações; destacou que a GERPOP participou de uma ação junto à primeira-dama, vinculada ao programa Goiás Solidário, que neste ano ampliou o atendimento para mais municípios afetados por alagamentos e secas; ressaltou que esse é um desafio contínuo e que a SES está sempre à disposição para trabalhar em conjunto.

Encaminhamento: Pauta vai para a reunião da CIB

INCLUSÃO DE PAUTA

1.5 – COSEMS/GO informa sobre o prazo de cadastro de propostas no InvestSUS para o Programa/ação Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde, componente Saúde Bucal – Brasil Soridente, conforme a NOTA TÉCNICA Nº 31/2023-



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

CGSB/DESCO/SAPS/MS. (Responsável pela apresentação: Cida Rodrigues – AT do COSEMS/GO)

Maria Aparecida Rodrigues – Secretaria Executiva do COSEMS, apresentou a Nota Técnica nº 31/2023 do Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Coordenação Geral de Saúde Bucal; explicou que a nota orienta sobre a abertura do Programa de Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica no componente de Saúde Bucal e a abertura do cadastro no sistema InvesteSUS para aquisição de kits para informatização dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO); destacou que essas propostas são destinadas a municípios que possuem CEO habilitado, mas que ainda não foram habilitados no Estado de Goiás; informou que o Ministério da Saúde analisará todas as propostas, e caso ultrapassem o limite orçamentário de 2023, a priorização será para municípios que utilizem Prontuário Eletrônico na Atenção Primária, tenham CEO habilitado pelo Ministério da Saúde no momento da proposta e estejam cumprindo as metas mínimas relativas aos meses de abril, maio e junho de 2023; ressaltou que o cadastro deve ser realizado até 20/10/2024 pelo sistema InvesteSUS; mencionou que os recursos foram previstos conforme os valores de 2023, e que serão disponibilizados equipamentos e materiais permanentes para informatização dos CEOs; informou que municípios que já cadastraram proposta no ano anterior não precisam fazer novo cadastro.

Dra. Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, agradeceu e perguntou se alguém tinha dúvidas.

Dra. Carla Guimarães – Assessora Técnica/COSEMS, ressaltou que foi feita solicitação de inclusão de pauta devido à relevância do tema e aos prazos curtos, enfatizando a necessidade de mobilização das Regionais de Saúde junto aos municípios com CEO para que façam as solicitações dentro do prazo, sugerindo que isso fique como encaminhamento.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, respondeu que já está alinhada com a área técnica sobre os andamentos, e que esse item já está encaminhado para pauta da CIB.

2 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO:

2.1 – Habilitação do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I (CNES 9845216) no município de Acreúna. (SMS – Acreúna).

Dra. Alexandra Lenia Falcão – Gerência de Saúde Mental, informou que a habilitação



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

do CAPS do município de Acreúna está tudo certo, pois já foi vistoriado pela equipe técnica da SES; ressaltou que o Ministério da Saúde exige a Resolução CIB atualizada, motivo pelo qual o item estava na pauta.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, afirmou que, conforme avaliação da Saúde Mental, o processo de habilitação do CAPS do município estava em conformidade; mencionou que para os municípios com dificuldades no processo de habilitação, a equipe técnica dará o devido acompanhamento; ressaltou que, pela SES, o item já estava encaminhado para a pauta da CIB.

Dra. Carla Guimarães – Assessora Técnica/COSEMS, perguntou se o município estava recebendo a contrapartida por parte do estado.

Dra. Alexandra Lenia Falcão – Gerência de Saúde Mental, respondeu que há a possibilidade do município receber a contrapartida de forma antecipada, independente da habilitação pelo ministério da saúde. reforçou que vão orientar os municípios, mas que é necessária a resolução para os próximos passos em relação à habilitação.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, disse que esse item será encaminhado para a pauta da CIB para pactuação.

2.2 – Aprovar a IMPLANTAÇÃO de Equipe de Consultório na Rua – ECR, Tipo I, no Município de Luziânia. Resolução CIR 021, de 05 de outubro de 2023. (SMS – Luziânia).

Dr. Rogério Borges da Silva - Coordenador de Promoção da Equidade e Interculturalidade em Saúde, disse que o município é considerado elegível por parte do MS, tem a demanda e inicialmente já tinha sido contemplado via portaria, entretanto a gestão anterior não se atentou ao prazo. com isso, faz-se novo pedido.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, disse que esse item iria para a pauta da CIB para pactuação.

Obs.: Rogério Borges da Silva - Coordenador de Promoção da Equidade e Interculturalidade em Saúde - realizará a apresentação na CIB. (GEAPE/SPAIS/SES-GO).

INCLUSÃO DE PAUTA



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

2.3 – Habilitação do CAPS AD . (SMS Formosa)

Dra. Alexandra Lenia Falcão – Gerência de Saúde Mental, disse que a área técnica considera que é um CAPS que já foi vistoriado e está tudo em conformidade. lembrou que é o mesmo caso do município de Acreúna, então assim que as resoluções ficarem prontas pediu que os municípios entrem em contato com a gerência a fim de auxiliarem sobre os trâmites em relação à contrapartida.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, pontuou que esse item iria para a pauta da CIB para pontuação.

3 – INFORMES:

3.1 – Levantamento de Informações sobre as Ações de Saúde às Populações de Assentados Rurais em Goiás. Apresentação: Bianca Lopes Rosa – Coordenadora de Promoção da Equidade e Diversidade em Saúde/GEAPE. (GEAPE/SPAIS/SES-GO);

Dra. Bianca Lopes Rosa – Coordenadora de Promoção da Equidade e Diversidade em Saúde/GEAPE, disse que seria um informe referente ao levantamento de informações sobre as ações de saúde às populações de assentados rurais em Goiás. logo, seria um levantamento para entender como seria essa população e identificar as demandas em relação às estratégias da atenção primária. com isso, a gerência elaborou um questionário eletrônico que foi partilhado e distribuído com o intuito de que chegue às regionais de saúde para que chegue aos municípios, para que eles possam responder o questionário e assim atualizar os dados para trabalhar com questões estratégicas em relação a essa população. mostrou gráficos que possuem em relação a essa população, falando que precisam aproximar esses dados um pouco mais com a realidade do estado. pediu o apoio do COSEMS e dos municípios em relação a essa atualização. finalizou deixando os contatos da gerência.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, disse que em relação aos indicadores é para poder ter uma noção dessa população para que possam trabalhar de forma efetiva no aspecto de saúde; esse item também iria para a pauta da CIB.

Dra. Carla Guimarães – Assessora Técnica/COSEMS, sugeriu que item subisse para apresentação de discussão na pauta da CIB.



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, concordou que o item suba para o item apresentação e discussão na pauta da CIB.

3.2 – Divulgação da 26º Campanha Nacional Gratuita em Diabetes, de prevenção das complicações, detecção, orientação e Educação. Apresentação: Maria Cristina Magalhães. (GERAP/SPAIS/SES-GO);

Dra. Maria Cristina Magalhães - GERAP/SPAIS/SES-GO, disse que essa campanha é um movimento que acontece mundialmente; a nível mundial é coordenada pela Organização Mundial de Saúde e, a nível nacional, pela Federação Nacional de Associações e Entidades de Diabetes – FNAED; o Dia do Diabético é comemorado no dia 14 de novembro e essa campanha pode ser desenvolvida durante todo o mês de novembro/2023; a FNAED vai disponibilizar o material necessário para que os municípios trabalhem com essa campanha, e para que tenham acesso a esse material, é preciso que preencham o formulário de adesão da FNAED; citou que entre as ações estão: a detecção do diabetes, como avaliação de fundo de olho, de pés, de boca, avaliação nutricional; atividades nas escolas, com utilização de teatro, caminhadas, passeios de bicicleta, piqueniques diates; a ficha de adesão foi encaminhada para as Regionais via SEI, e pediu que as Regionais divulguem o máximo possível.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, pediu que, na reunião da CIB, seja incluída uma apresentação com o fólder da campanha para que todos possam visualizar e, assim, reforçar as ações.

Dra. Simone Elias – SMS/Serranópolis, disse que, pela relevância do item, poderia ser incluído no item de apresentação e discussão da pauta.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, pediu para que fosse feita uma apresentação bem sucinta, com apenas 2 slides, contendo a campanha e as atividades propostas. Informou que o item estava encaminhado para a pauta da CIB como apresentação e discussão.

3.3 – Divulgação do Seminário de avaliação da Planificação da Atenção à Saúde. Apresentação de resultados – Maria Cristina Magalhães. (GERAP/SPAIS/SES-GO);

Dra. Maria Cristina Magalhães. (GERAP/SPAIS/SES-GO), disse que nos dias 28 e 29 de novembro acontecerá o seminário de avaliação da planificação da Atenção à Saúde, quando serão apresentados os resultados. O seminário será realizado na unidade do Einstein, no município de Goiânia, no edifício Orion, com a participação da Beneficência Portuguesa e do Hospital Albert Einstein. Serão apresentados os resultados da



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

planejamento realizados nas 18 regiões, especialmente em relação à Saúde Mental na Atenção Primária, desenvolvida nas regiões Norte, São Patrício I e Pireneus. Foram disponibilizadas 220 vagas para as regionais e municípios, que já foram preenchidas.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, disse que o item estava encaminhado para a pauta da CIB para divulgação.

3.4 – Fluxo da Regulação para Solicitação de Internações Psiquiátricas. Apresentação: Lorena e Alexandra. (GERINT/SUREG/SES-GO e GESAM/SPAIS/SES-GO).

Dra. Alexandra - GESAM/SPAIS/SES-GO, fez uma apresentação sobre as internações em leitos de saúde mental e leitos de psiquiatria; o modelo assistencial em saúde mental foi redirecionado pela Lei 10.216/2001, que estabelece que as pessoas devem ser tratadas primeiramente em serviços comunitários de saúde mental, previstos na RAPS; os tipos de internações previstas em lei são: voluntária, involuntária e compulsória; existem 38 leitos de saúde mental nos Hospitais Gerais e 576 leitos de psiquiatria; a Gerência se coloca à disposição dos municípios não contemplados com leitos porque existe uma pactuação de mais de 200 leitos que ainda devem ser implantados.

Dra. Lorena - GERINT/SUREG/SES-GO, apresentou um fluxograma do processo regulatório das solicitações de internações e urgências; explicou que todo o processo tramita no sistema SERVIR Estadual, ao qual os municípios têm acesso; apresentou os telefones de contato e os e-mails das Gerências.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, informou da necessidade urgente de uma discussão junto aos Gestores Municipais sobre o assunto Saúde Mental, devido à grande demanda do serviço e às judicializações que acontecem; disse que discutirá junto com o COSEMS um formato ou estratégias para que essas discussões ocorram junto aos municípios; sugeriu que a pauta fosse encaminhada para Apresentação e Discussão na reunião da CIB.

Dra. Carla Guimarães – Assessora Técnica/COSEMS, disse que realmente essa pauta não poderia ser tratada como informes e sim como apresentação e discussão; ressaltou que a discussão desse assunto deve ser ampliada porque traz muitas complicações aos gestores municipais.

Dra. Sônia Faustino – SMS de Gameleira de Goiás, disse ser muito importante a discussão desse assunto e a troca de experiências; sugeriu que fosse incluída na



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

apresentação a disponibilidade das carteiras de serviços onde seriam oferecidos os leitos, além de mostrar a clareza dos fluxos e como solicitar os leitos.

Inclusão de Pauta:

3.5 – Treinamento MI-mnGAP Manual de Intervenções. Apresentação: Elma Batista Coordenadora de Educação Permanente e Continuada da Gerência de Saúde Mental (GESAM/SPAIS/SES).

Dra. Elma – GESAM/SPAIS/SES, informou que o treinamento será oferecido pelo Hospital Albert Einstein e serão ofertadas 40 vagas, sendo 2 profissionais por região de saúde; o período de treinamento seria do dia 06/11 a 10/11/2023.

Dra. Paula Pereira – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde/SES, sugeriu uma conversa com o Hospital Albert Einstein solicitando 15 dias de prazo para conversas com o COSEMS e áreas técnicas com o intuito de levantar os perfis dos profissionais que participarão do treinamento; pediu para não levar essa pauta para a CIB nesse momento.

Dra. Carla Guimarães – Assessora Técnica/COSEMS, sugeriu que a indicação dos profissionais pudesse ser feita via resolução CIR, fortalecendo assim a região.

3.6 – Possibilidade de remanejamento de pacientes entre unidades estaduais para realização de cirurgias eletivas, respeitando regionalização. (GERINT/SUREG/SES).

Dra Amanda Limongi - SUREG/SES, solicitou apoio dos Gestores Municipais no sentido de sensibilizar os pacientes da possibilidade de remanejamento de unidades para cirurgias eletivas, respeitando sempre a regionalização.

Dra. Maria Aparecida Rodrigues – Assessora Técnica/COSEMS, sugeriu que esse assunto fosse para apresentação e discussão na reunião da CIB.

3.7 - Jogos Goianos de Saúde Mental. (Apresentação: Elma Batista Coordenadora de Educação Permanente e Continuada da Gerência de Saúde Mental – GESAM/SPAIS/SES-GO).



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



cosems|GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Elma – GESAM/SPAIS/SES, informou que os jogos têm sido um grande movimento de atenção à rede psicossocial; os polos têm autonomia para escolher as datas; solicitou apoio das regionais de saúde na organização e participação dos municípios.

Final da reunião.